



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Formação profissional**

**A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFPI: APROXIMAÇÕES  
COM RESGATE DA MEMÓRIA DO PROJETO RONDON E CENTRO RURAL DE TREINAMENTO  
E AÇÃO COMUNITÁRIA<sup>1</sup>**

**ISADORA RAVENNA DE BRITO PEDREIRA<sup>2</sup>**

**VITÓRIA CONCEIÇÃO DE LIMA RIBEIRO<sup>3</sup>**

**TERESA CRISTINA MOURA COSTA<sup>4</sup>**

**RESUMO**

O trabalho analisa a extensão universitária no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí através das ações desenvolvidas no Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária e no Projeto Rondon. Foi realizado a partir de estudo documental e bibliográfico e evidencia a vinculação histórica do curso de Serviço Social com a extensão.

**Palavras Chaves:** Extensão Universitária. Universidade Federal do Piauí. Serviço Social. Projeto Rondon. CRUTAC.

**ABSTRACT**

The article analyzes the university extension in the Social Work course at the Federal University of Piauí through the actions developed at the Rural Center for Training and Community Action

---

<sup>1</sup> O artigo apresenta resultados dos Planos de Trabalho do Programa de Iniciação Científica da UFPI, com financiamento do CNPQ. Os planos estão vinculados ao projeto de pesquisa “O lugar da extensão universitária no curso de serviço social da UFPI e as tendências no processo de curricularização da extensão”, que faz parte do bojo de ações do Programa de Extensão “Memória do Serviço Social do Piauí”, que tem por objetivo desenvolver ações voltadas à preservação do patrimônio documental e histórico do Serviço Social no Piauí, com ênfase na trajetória da formação na Universidade Federal do Piauí, articulando ações de ensino, pesquisa e extensão.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Piauí

<sup>3</sup> Universidade Federal do Piauí

<sup>4</sup> Universidade Federal do Piauí

and the Rondon Project. It was conducted based on documentary and bibliographic studies and highlights the historical connection between the Social Work course and extension activities.

**Keywords:** University Extension. Federal University of Piauí. Social Work. Rondon Project. CRUTAC (Rural Center for Training and Community Action).

## 1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, ao tratar da Educação estabelece que o Ensino Superior deve seguir o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Mazzilli (2011) salienta que esse tripé universitário foi construído à base da participação popular na formulação na direção do ensino superior no Brasil e que esse princípio é “referência do padrão de qualidade acadêmica para as instituições de ensino superior do país, que se baseia na negação das desigualdades sociais [...], expressando assim o papel social da universidade na construção de uma sociedade democrática e igualitária” (Mazzilli, 2011, p. 214). Essa direção coaduna com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, que também reforça essa indissolubilidade por meio das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

O Serviço Social possui uma longa trajetória em extensão, mesmo antes da ditadura militar. Suas práticas extensionistas revelam a articulação entre as requisições postas à formação, o movimento e dinâmica da realidade e a perspectiva de enfrentamento às expressões da questão social que historicamente permearam a profissão. No caso do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, que foi criado em 1976, a partir da Resolução nº 02/1976, contexto em que a Reforma Universitária de 1968 já orientava a formulação dos currículos e a própria oferta da extensão universitária na perspectiva assistencialista.

Nesse sentido, o objetivo do artigo é resgatar a história da extensão no Serviço Social da Universidade Federal do Piauí a partir dos programas federais incentivados no período da ditadura militar. Para tanto utilizou pesquisa bibliográfica e documental do acervo do Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí”, que desde 2022 vem desenvolvendo ações de

organização e catalogação das atividades de ensino, pesquisa e extensão do curso de Serviço Social da UFPI, visando a preservação da sua memória.

Para Ford (2019, p.53.) “memória e história se articulam na elaboração do tempo futuro, mas também na compreensão do presente”. Por isso, o artigo visa trazer debates tanto da trajetória histórica da extensão universitária quanto fazer reflexões sobre as experiências da extensão universitária no curso de Serviço Social da UFPI, com destaque para o Projeto Rondon e o CRUTAC - Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária.

Dessa forma, cumpre ressaltar, que os dados aqui apresentados sobre a participação do Curso de serviço Social no Projeto Rondon e o CRUTAC, foram extraídos do acervo já organizado tendo em vista a dificuldade de acessar os registros institucionais na Pró-reitora de Extensão<sup>5</sup>, mas não revelam a totalidade das ações desenvolvidas, tendo em vista que o acervo vem sendo alimentado continuamente a partir da identificação de novos documentos disponibilizados, inclusive pelos sujeitos históricos que vivenciaram esse processo.

No que tange a estrutura, apresenta inicialmente uma discussão sobre “a universidade e a extensão universitária: aspectos históricos e conceituais” e, na sequência, será abordado extensão universitária foi desenvolvida no curso de Serviço Social da UFPI, a partir dos projetos Fundação Rondon e CRUTAC, e por fim, as considerações finais.

## **2 A UNIVERSIDADE E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS**

De acordo com Ferraz (2019), o surgimento da extensão universitária remonta ao século XIX e está relacionado com a necessidade da universidade em contribuir com as demandas da Revolução Industrial e do desenvolvimento do trabalho com a comunidade. No Brasil, nos anos de 1930, com o Estatuto das Universidades Brasileiras, a extensão destinava-se à difusão de conhecimentos para nova burguesia industrial.

Com a Reforma Universitária em 1968, a extensão passa a ter caráter assistencialista, percebida de forma secundária, voltada para prestação de serviços e manutenção da hegemonia dominante. Diante disso, cabe ressaltar a Lei de Bases da Educação (lei nº 4.024/61) que a definiu como “Cursos a serem ministrados apenas as pessoas que já estavam inseridos na universidade”

---

<sup>5</sup> Precisamos recorrer à Pró-reitoria tendo em vista que grande parte dos documentos guardados na Coordenação do Curso de Serviço Social e no Departamento de Serviço Social foram inutilizados pela rápida infestação de cupins durante a pandemia da Covid 19.

colaborando para o que a autora denominada de “ações inexpressivas”, pois o principal intuito das atividades de extensão é “alargar junto à sociedade os construtos da pesquisa e do ensino” (Ferraz, 2019). A autora destaca ainda o contexto de lutas, marcadas pelas manifestações contrárias ao poder ditatorial.

Segundo Gurgel (1986) a época de maior institucionalização da extensão universitária foi entre 1968 - 1976, através da Lei nº 5540/68, essa que “fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências”, onde surgem os “Campis Avançados” e quando a “Coordenação de atividades Acadêmicas de Extensão” (CODAE) passa a ser instituída no Ministério da Educação.

Há destaque para os Centros Rurais de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e Projeto RONDON, que faziam articulação com estágio e extensão em áreas do interior. Somente em 1975, a CODAE, essa que “amplia a responsabilidade MEC junto a extensão, colocando-o como coordenador nacional” (Ferraz, 2019. p.37) e com isso vem o “Plano de Trabalho de Extensão Universitária” que o MEC passa a propor a política de extensão para as universidades da forma que passe a acompanhar a execução das atividades realizados pelas universidades, mas conforme cita a autora “não aponta limites para atuação do Ministério, deixando a universidade sem autonomia e no papel de executora” (idem, 2019).

Nesse sentido, com as modificações sociais e o decorrer do processo histórico e de novos conhecimentos, e percepção mais críticas as ações denominadas extensão universitária passam a ganhar um novo sentido, mas que, segundo Gadotti (2017) a extensão sempre “se preocupou em manter vínculos com a sociedade” e se mostrando resistente e sempre buscando a concretude de um espaço de acesso ao conhecimento. Assim, defende uma concepção de extensão em que haja a articulação com a comunidade externa não como transmissão de conhecimento linear, mas como troca e comunicação, “com base em práticas emancipadoras superando o enfoque eminentemente centrado na difusão de conhecimento acadêmico para uma inserção maior na realidade social e política brasileira” (Gadotti, 2017, p.3).

A relação do Serviço Social com a extensão universitária, segundo Ferraz (2019), acontece devido à “dimensão interventiva” que se caracteriza como “aquela em que se explicita não somente a construção mas a efetivação das ações desenvolvidas pelo assistente social” (Torres, 2009), pois as ações desenvolvidas nesse período se concentravam em locais pauperizados e mais vulneráveis da sociedade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O Serviço Social, enquanto profissão, passa por diversas metamorfoses, de acordo com o contexto social, cultural, político e econômico, seja local, nacional ou internacional. Lamamoto (2000) concebe a profissão como “produto histórico” das relações sociais e, “como tal, adquire sentido e inteligibilidade na história da sociedade da qual é parte e expressão” (Lamamoto, p. 202). Assim, de acordo com a autora, o Serviço Social sofre os rebatimentos históricos da sociedade, mas também é produtor de suas relações.

A partir do Movimento de Reconceituação na América Latina, o Serviço Social adotou uma postura crítica da realidade, particularmente com a vertente “intenção de ruptura” o que foi possível a partir da aproximação com a tradição marxista, que compreende a realidade enquanto totalidade dinâmica, “que resulta do caráter contraditório de todas as totalidades” (Netto, 2011, p. 57), inclusive histórica.

Essa conjuntura é traduzida na formação profissional no primeiro princípio das Diretrizes Curriculares da ABEPSS a “apreensão crítica do processo histórico da realidade”. Cabe destacar que o Serviço Social, por atuar nas diversas expressões da questão social, mesmo antes da sua Reconceituação, apresenta ações relacionados ao “Desenvolvimento de Comunidade” corroborando para essa “aproximação” desde o início com os projetos Rondon e CRUTAC.

Ademais, sobre a extensão universitária no curso de Serviço Social da UFPI,

Por ser uma profissão histórica e inserida na realidade a formação em Serviço Social vai ser desafiada a refletir sobre a concepção e ação de extensão que convergem com as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas construída hegemonicamente pela categoria, balizadas na leitura e intervenção crítica na realidade social” (Costa; Pereira. 2022[n.p]).

Isso corrobora com os pressupostos dispostos pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) “o Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista” (ABEPSS, p.5).

Assim, com uma formação acadêmica que tenha o tripé universitário de forma indissociável no currículo, e que se ampara nas dimensões investigativas e interventivas como condições e princípios, a existência de ações extensionistas só tem a agregar ainda mais para a formação, haja vista que o serviço social tem como principal foco a atuação frente às expressões da questão social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

No contexto nacional, somente em 1985 com a Portaria nº 742 do MEC, é possível observar que o tripé universitário, enfim, passa a ser indissociável de forma legal inclusive proposto na Constituição de 1988 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394/96). A criação do FORPROEX<sup>6</sup> em 6 de novembro de 1987, no primeiro Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, ocorrido na Universidade de Brasília (UNB), também fortaleceu a ampliação do debate sobre a extensão e a construção de uma Política Nacional de Extensão Universitária. Segundo Gadotti (2017, p. 03) “a extensão universitária passou a valorizar o reconhecimento do saber popular e a troca de saberes universidade-sociedade” onde pode-se ressaltar a relação entre teoria e prática.

Cabe destacar que a educação superior que no Brasil, começou o seu processo de expansão a partir dos anos 90 com as reformas no ensino, caracterizado pela ampliação do setor privado, processo esse denominado de “privatização” e advindo da lógica neoliberal e que possui como uma de suas características mais marcantes o Estado máximo para o capital e mínimo para a sociedade, ou seja, em outras palavras, o estado depende quase que totalmente do capitalismo (Minto, 2004).

Esse cenário, no entanto, ainda permanece atualmente, haja vista os desmontes nas universidades e setores da educação como um todo, corroborando para esse cenário, inclusive atingindo principalmente o tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão, e que mesmo estando assegurado na Constituição Federal de 88, enfrenta dificuldades e desafios no seu processo de execução nas Universidades Federais.

No seu percurso inicial, a extensão universitária não teve o seu devido reconhecimento, uma vez que era reconhecida como mera prestação de serviços. De fato, essa concepções

---

<sup>6</sup> Fórum de Pró-Reitores de Extensão que define a extensão como “A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.” (FORPROEX, 2012, p. 15) e ainda destaca que ela “[...] denota também prática acadêmica, a ser desenvolvida, como manda a Constituição de 1988, de forma indissociável com o Ensino e a Pesquisa, com vistas à promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social.” (FORPROEX, 2012, p. 16).

A criação do FORPROEX foi em 1987, mas sua organização só foi ter uma estrutura formada em 2010 “Em reunião ocorrida em 26 de novembro de 2010, na Universidade Federal do ABC, no estado de São Paulo, o Fórum aprovou sua proposta de regimento, por meio do qual definiu, de modo mais preciso, sua estrutura e funcionamento. Concebido como uma entidade voltada para a articulação de políticas de extensão, o Forproex foi formado pelos Pró-Reitores de Extensão das universidades públicas, ou órgãos equivalentes, e foi estruturado em torno de uma coordenação geral formada por um Presidente e seu vice e cinco coordenações regionais, correspondentes a cada região geográfica do país. No seu processo de organização, foram definidas, também, coordenações temáticas em torno de questões como cultura, comunicação, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, tecnologia e produção, trabalho, saúde.” (Rodrigues, 2015, p. 392).

acabou por precarizar a formação acadêmica, uma vez que ela, segundo o FORPROEX (2012, n,p.42) “tem a missão de estar integrada às comunidades, assumindo uma postura de desenvolvimento humano, social, educativo e político a partir das diferentes realidades.” o que contribui para que a prática profissional esteja alicerçada com a teoria, de forma que quando os discentes ingressam nos campos profissionais, já tenham ideia da dinamicidade da sociedade.

Atualmente, com a implantação do Plano Nacional da Educação (2014/2024), temos uma perspectiva para as atividades extensionistas, de superação das contradições que existiam nos primeiros moldes e da ideia de extensão apenas como cursos e prestação de serviços e da curricularização da extensão. A extensão pode ser entendida como um processo em que podem ser desenvolvidas atividades diversificadas de interação entre universidade e sociedade, tais como cursos, serviços, difusão de resultados de pesquisa, projetos de ação comunitária, difusão cultural e entre outras ações.

O curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, de acordo com Costa e Pereira (2022) “tem uma longa trajetória de desenvolvimento de atividades de extensão, mesmo quando essas ainda não estavam incluídas nos seus currículos”. Como o intuito de organizar os registros do curso, recorreremos ao acervo documental do Programa “Memória do Serviço Social no Piauí”, em que os primeiros indícios das ações de extensão podem ser observadas com a inserção dos projetos Federais Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e o Projeto Fundação Rondon.

### **3 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

A pesquisa a partir dos documentos do acervo do Memória do Serviço Social no Piauí, possibilitou identificar que o Curso de Serviço Social da UFPI tece suas atividades extensionistas desenvolvidas em consonância com os direcionamentos do Ministério da Educação, mas também, apresenta elementos de resistência e de construção de uma base crítica na forma como a interlocução com a sociedade foi sendo construída. Entre os projetos que contaram com a participação do Curso encontramos no acervo, os registros de: Projeto Rondon; CRUTAC e Programa de Desenvolvimento Rural. Pelos limites desse trabalho, destaca-se apenas os elementos para compreender a implementação dos dois primeiros, ambos tinham caráter

assistencialista, percebida de forma secundária, voltada para prestação de serviços e manutenção da hegemonia dominante.

Em 1975 é criada a Coordenação de Atividades de Extensão - CODAE, vinculada ao Departamento de Assuntos Universitários, e o Plano de Trabalho de Extensão que amplia a responsabilidade do MEC em relação à extensão, entretanto, deixa as universidades somente no papel de executoras (Ferraz, 2019). Esses projetos faziam articulação com estágio e extensão em áreas do interior.

Após o golpe de 1964, sob o regime da autocracia burguesa houve muitas mudanças administrativas significativas no país, uma delas se relaciona diretamente com a educação superior, em que a classe média reivindicava maneiras para o ingresso no ensino universitário, como medida para conter as manifestações (Leite; Nunes, 2009), deu-se início em 1968 a Reforma Universitária (RU) por meio da lei nº 5.540/68, que dentre as alterações, colocou a Extensão Universitária em âmbito nacional. Ferraz (2019) destaca que nesse período a extensão universitária deixa de lado a perspectiva de repassar conhecimentos para assumir caráter assistencialista, como uma opção institucional e caráter secundário. Nesse sentido foram implantados projetos e programas visando integrar os estudantes e a população assistida ao projeto político-econômico dominante.

### 3.1 PROJETO FUNDAÇÃO RONDON

Inspirado em Marechal Rondon, sertanista brasileiro, o qual, segundo Pravato(2011) é conhecido pelo seu trabalho árduo na proteção aos povos indígenas e suas contribuições referentes ao conhecimento científico no território do Amazonas, o Projeto Rondon, surgiu em 1967 inspirado em trazer uma integração nacional e desenvolve as regiões mais desfavorecidas no Brasil. Nesse contexto, vale ressaltar o período em que se encontra esse novo projeto, dessa forma, Pravato (2011) ressalta que após o Golpe de 1964, a insatisfação entre os jovens e estudantes era evidente e, com ela o crescente número de manifestações e movimentos de massa. À exemplo disso, podemos situar as posição da União Nacional dos Estudantes (UNE), em que “Os jovens se preocupavam em construir uma sociedade mais justa, sobretudo se interessavam por problemas específicos da educação” Pravato (2011, p. 21), e que tinham grande disposição para contribuir com o desenvolvimento brasileiro, começavam a se discutir a necessidade da reformulação do ensino superior brasileiro.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Desse modo, segundo Mirlo (2019, p. 26) “a primeira intervenção do Projeto Rondon, foi denominada de “Operação Zero” e teve como principal objetivo a integração das regiões economicamente carentes de desenvolvimento. Dentre essas ações, o Projeto Rondon tinha o seu lado “bom” para a sociedade, mas a fundo, possuía o lado atuava como um mecanismo de controle social.

No âmbito da Universidade Federal do Piauí, os documentos identificados no acervo do Programa Memória do Serviço Social no Piauí, são datados de 1982 a 1988, onde os discentes descreviam nos relatórios suas participações, as atividades práticas e suas percepções sobre o projeto.

Quadro I – Atividades de extensão desenvolvidas no Projeto Rondon

ANO	SUBPROJETO	ATIVIDADES REALIZADAS	Nº DE DISCENTES
1998	Brigadas Estudantis para trabalhos comunitários	Acompanhamento da situação das comunidades	3
1998	Brigadas Estudantis para trabalhos comunitários	Ações de Saúde e Saneamento básico	Não Identificado
1988	Brigadas Estudantis para trabalhos comunitários	Acompanhamento da situação das comunidades	10 discentes
1984	Brigadas Estudantis para trabalhos comunitários	Acompanhamento da situação das comunidades	Não Identificado
1984	Não identificado	Acompanhamento da situação das comunidades	2
1984	Programa Operação Especial Timon	Acompanhamento e Orientação da comunidade	Não Identificado
1982	Programa de Desenvolvimento de Ações e Produção	Criação de grupos para o monitoramento sanitário do bairro	12
1982	Projeto Saúde e Nutrição/Projeto Horta Comunitária/Ação Cultural	Controle e sistematização da criação das hortas comunitárias e reflexão da realidade social	Não identificado
1982	Centro Social Urbano	Acompanhamento de ações do grupo de hortas comunitárias	Não identificado
1982	Não identificado	Mapeamento da área localizada e análise crítica da realidade social	Não identificado

Fonte: Elaboração própria a partir dos relatórios e projetos do acervo do Programa Memória do Serviço Social no Piauí até agosto de 2024.

Além disso, é possível analisar que as equipes que constituíam os voluntários e estudantes que se destinavam a ir para os lugares onde o projeto tinha parceria, em grande parte eram médicos, dentistas, enfermeiros e assistentes sociais. Nesses projetos, haviam subprojetos que se



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

desenvolviam ao longo das comunidades, sendo eles, o “Brigadas Estudantis para Trabalhos comunitários” que segundo o Ministério da Defesa – atual coordenador do projeto, as brigadas eram formadas por estudantes de todos os cursos das áreas da saúde, engenharia, ciências sociais e entre outras que ficavam responsáveis para a prestação de serviços nas comunidades, como palestras, cursos, oficinas que tinham como principal objetivo capacitar os cidadãos em diferentes temas e situações e assim contribuírem com os relatórios para um melhor planejamento de políticas públicas (MD, 2020),

Em um dos relatórios, a discente destaca que:

Considerando que o Rondon está situado em uma sociedade cujo o modo de produção é eminentemente capitalista, nota-se que esta instituição procura defender os interesses do sistema, no momento em que difunde a política social do governo federal (Relatório de estágio, 1998)

Percebeu-se já uma perspectiva crítica em muitos relatórios de atividades, com a problematização sobre o projeto e a sua inserção na sociedade capitalista com fins de difusão da ideologia dominante burguesa. Cabe ressaltar que a formação profissional de Serviço Social na UFPI seguiu por muito tempo com a lógica tradicional e conservadora que encontrava-se no primeiro currículo do curso, pois “o projeto formativo se articulava a uma compreensão do(a) assistente social como promotor do bem comum e do desenvolvimento(Pereira, 2024, p. 408). Assim, enquanto nas outras universidades do Brasil, havia um avanço para a aproximação da teoria marxista, na UFPI isso ainda não era visto devido ao contexto vigente, como destaca Pereira, (2024, p. 409)

Conjectura-se que isso ocorreu em decorrência da conjuntura ditatorial vivenciada, considerando que, mesmo não estando presente no documento curricular, há registros de docentes e discentes do curso de serviço social da UFPI engajados(as) na militância política da época e que tinham afinidade com a teoria marxista [...].

Dessa maneira, de acordo com o que foi pontuado por Pereira (2024) e o que foi analisado nos relatórios dos discentes da época sobre os projetos de extensão, é possível perceber que essa visão crítica. Apesar de não ser de fato colocada nas ementas das disciplinas ou na grande curricular, os docentes da época sempre buscavam estimular esse olhar mais crítico e reflexivo dos discentes em sala de aula e conseqüentemente isso acabava por ter rebatimentos nas atividades desenvolvidas nos projetos de extensão pelos mesmos.

Durante a sua existência, o projeto passou por diversas fases e interrupções, tendo sido descontinuado desde a década de 1980. Porém, em 2005 o Projeto Rondon foi reativado, mantendo-se enquadrado na integração e no desenvolvimento social. Esta reativação teve como objetivo recuperar o espírito dos primórdios do projeto, adequando suas ações às novas demandas da sociedade e da tecnologia desta época.

Atualmente, o projeto é coordenado pelo Ministério da Defesa e contribuem para o Projeto os seguintes ministérios: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Educação; Ministério da Cidadania; Ministério da Saúde; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Desenvolvimento Regional; e Secretaria de Governo da Presidência da República (Ministério da Defesa, 2020).

### 3.1.2 Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC)

O CRUTAC - Centros Rurais de Treinamento e Ação Comunitária iniciou em 1965 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, articulado ao estágio nas comunidades rurais prestando serviços sociais de acordo com a formação dos estudantes. “A experiência se desenvolveu em 22 universidades brasileiras, [...] e tinha o apoio financeiro da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste” (Leite; Nunes, 2009). O projeto teve influência norte-americana através do idealizador, o então reitor da UFRN, Onofre Lopes “unindo-se como colaborador na proposta de combate à pobreza e à subversão, com base na doutrina de desenvolvimento e segurança nacional do governo militar” (Vieira; Gonçalves, 2015, p. 278).

O CRUTAC possui uma lógica contraditória, pois atuava em um viés desenvolvimentista e assistencialista, mas ao mesmo tempo contribuía na formação dos estudantes e no desenvolvimento daquela localidade, o que também revela uma desresponsabilização do Estado frente às necessidades da população, uma vez que essas necessidades ditas de desenvolvimento deveriam ser alvo de Políticas Públicas.

A literatura também aponta o CRUTAC como funcional ao sistema vigente: “desenvolver ações educativas e, sobretudo, assistenciais, o CRUTAC também colaborou com o combate ao potencial de resistência ao autoritarismo e ajudou a formar nas massas atitudes favoráveis à ordem econômica vigente no país e ao desenvolvimento esperado” (Merlo, 2019, p. 24).

É importante ressaltar, que no contexto de ditadura militar e repressão social, o CRUTAC era um mecanismo de controle dos estudantes e da população. Dos estudantes, pois ao



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

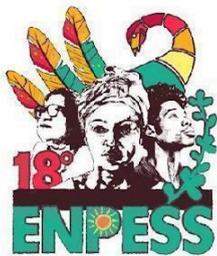
envolvê-los em atividades nas áreas rurais, os retirava dos espaços de luta nas ruas, e à população enquanto resolvia paliativamente problemas estruturais e enraizados na sociedade por meio da prestação de serviços, além de combater a resistência ao autoritarismo (Merlo, 2019). Essa perspectiva também é mencionada por Gonçalves e Vieira (2015) que relatam que

[...] responsabilizar a comunidade universitária pela tarefa do serviço comunitário, sem o cunho político de resistência, era uma forma muito perspicaz de canalizar as energias dos estudantes em prol da nação, de uma maneira que o controle e a ordem do país pudessem ser restaurados e preservados (*Ibidem*, p.277).

O CRUTAC na Universidade Federal do Piauí foi criado por meio do Ato da Reitoria nº 189/75 e normatizado com estrutura administrativa por meio do Ato da Reitoria Nº 45/1976 para desenvolver extensão, atuando juntamente com o ensino e a pesquisa. Uma particularidade do CRUTAC PI é que ele carregava no seu objetivo além do treinamento dos discentes no final do curso, a interiorização da universidade, como foi no caso da escolha da primeira sede do Projeto, a cidade de Bom Jesus. (Leite; Nunes, 2009)

Quadro II – Atividades de extensão desenvolvidas pelo Serviço Social da UFPI no CRUTAC

ANO	SUBPROJETO	ATIVIDADES REALIZADAS
1982	Saúde escolar	levantamento das demandas dos usuários do posto de saúde; mobilização da população.
1982	Saúde escolar	elaboração do perfil socioeconômico da população; realização de cursos; mobilização da população.
1982	Unidade casulo	mobilização para participação de crianças, gestantes e pais no projeto e atendimento médico.
1982	não consta	mobilização da comunidade para participação de atividades envolvendo questões de saneamento básico
1982	não consta	mobilização da comunidade para participação de atividades envolvendo questões de saneamento básico e lazer; Realização de curso sobre liderança.
1982	Unidade Casulo	identificar problemas de ajustamento social nas crianças para acompanhamento, e outras atividades que visam contribuir para o desenvolvimento bio-psico-social e educativo da criança.
1984	PIAC - Programa Integrado de Ação Comunitária	mobilização, organização e acompanhamento de grupos e cursos; visitas domiciliares.
1984	PIAC - Programa Integrado de Ação Comunitária	acompanhamento de líderes na tentativa de resolução de problemas junto a outras instituições
1984	PIAC - Programa Integrado de Ação Comunitária	não consta.
1984	PIAC - Programa Integrado de Ação Comunitária	acompanhamento de grupos (mães das crianças do grupo Casulo; funcionários; apoio ao lazer).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

1984	PIAC - Programa Integrado de Ação Comunitária	Reuniões com grupos (moradores; apoio ao lazer; criadores de pinto); tentativa de alcançar motivação e conscientização da comunidade.
1984	PIAC - Programa Integrado de Ação Comunitária	acompanhamento de grupos; mobilização para participação de palestras e cursos, visitas domiciliares.

Fonte: Elaboração própria a partir dos relatórios e projetos do acervo do Programa Memória do Serviço Social no Piauí até agosto de 2024.

No Estado, o CRUTAC acontecia de maneira multiprofissional, ainda que houvesse um foco maior nas áreas da saúde, de forma que a inserção do Serviço Social se deu no segundo semestre de 1980. Enquanto estágio obrigatório, utilizava-se dos alunos nos dois últimos períodos do curso, deslocando-os para localidade do projeto de acordo com a carga horária do curso. O CRUTAC era o momento de “confronto da teoria com o mundo real das comunidades pobres do Estado do Piauí” (Leite; Nunes, 2009, p. 432) possibilitando aproximação da universidade com a comunidade. Depreende-se, portanto, a importância da extensão na relação de troca de conhecimento e experiências para alunos, professores e a população local.

O Relatório de atividades do CRUTAC de 1981 realizado na cidade de Bom Jesus, com a presença de 21 discentes do Serviço Social, já inicia apontando a universidade com a responsabilidade de fazer extensão, trazendo a articulação entre a educação e a realidade concreta. O objetivo do CRUTAC é citado como forma de promover o homem através do treinamento universitário e ação comunitária, tendo atenção para com a comunidade e com a função de ensino para que ao final o discente pudesse vivenciar a realidade socioeconômica regional urbano-rural do interior do Piauí.

Ao observar as atividades realizadas pelos discentes, observa-se que a grande maioria das atividades estão relacionadas com a mobilização da comunidade através de alguns grupos específicos, de acordo com o subprograma do CRUTAC relatado. Considerando a predominância de ações voltadas para promoção de saúde e de integração comunitária, as estagiárias se envolvem nas questões relacionadas aos determinantes sociais da condição da população.

Nota-se, no entanto, que as atividades propostas dentro dos subprogramas possuíam tendência pragmática, e muitas vezes não relacionadas ao que é próprio do Serviço Social. Ainda que as estagiárias recebessem demandas indevidas, nos relatórios sempre havia esse posicionamento contra essas atividades, seja na avaliação, sugestão ou na descrição analítica das atividades desenvolvidas. Além das questões relativas às demandas para profissão, as alunas também questionavam o enfoque para alcançar as metas quantitativas, ignorando a qualidade das ações.

E é assim, que o CRUTAC passa a desenrolar-se de maneira contraditória, tendo em vista que por um lado a instituição se reproduzia na perspectiva reguladora, por outro, o estímulo dos alunos se preocupava em propiciar o desenvolvimento da consciência a crítica da comunidade, levando-os a refletirem sobre as condições causadoras da miséria, a se organizarem para conseguir os direitos da população local.

Por fim, cabe destacar que os discentes avaliam a experiência como oportuna para formação, pela aproximação da realidade permitida pelo estágio. Sobre a categoria extensão, pouco foi mencionada nos relatórios, e aqueles que tratavam do assunto, ficavam restritos à análise histórica da instituição do CRUTAC.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na UFPI, a extensão no Curso de Serviço Social, em consonância com o cenário nacional, esteve vinculada aos programas federais que associavam a extensão ao estágio numa perspectiva assistencialista, tais como o Projeto Rondon e CRUTAC, ambos iniciativa do governo autoritário vigente da época com o claro objetivo de controle as repressões dos estudantes e movimentos sociais e contrários à realidade vigente. Ademais, na década de 1980, esses programas desenvolveram diversos trabalhos em cidades do interior do estado levando os estudantes a terem contato com a realidade local para contribuir com a formação e prestar serviços.

Ademais, se pôde perceber as tendências vivenciadas no Serviço Social da UFPI, e que nesse primeiro momento, adentrando na extensão, o curso, apesar dos objetivos do Projeto Rondon e do CRUTAC, mantém-se consonante ao movimento da categoria por uma postura crítica da sociedade.

Assim, registra-se que os achados da pesquisa são parciais e carecem de adensamento com incorporação de novos elementos para a análise.

#### REFERÊNCIAS

ABEPSS. **DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**. Rio de Janeiro: 1996

ANDRADE, Rubya Mara Munhóz de; MOROSINI, Marília Costa; WIEBUSCH, Eloisa Maria. Desafios Contemporâneos da Extensão Universitária: da invisibilidade à curricularização. *In: X Congresso Ibero Americano de Docência Universitária-CIDU*. 2018.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961.

BRASIL. **Lei 5.540 1968, 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Brasília, 1968.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996 **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação - CNE.

BRASIL. **Portaria nº 742, de 02 de agosto de 2018.** Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 742, DE 02 DE AGOSTO DE 2018.

COSTA, Teresa Cristina Moura; PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa. **DESAFIOS NA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFPI.** Capim Dourado: Diálogos em Extensão, v. 5, n. 3, p. 84-103, 2022.

FERRAZ, Anita Pereira. **Serviço Social e Extensão Universitária: reflexões sobre formação profissional.** 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2019.

FORD, Juliana Viana. O Serviço Social e o debate sobre tempo, história e memória. **Serviço Social & Sociedade**, p. 52-69, 2019.

FORPROEX, BRASIL. Fórum de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, AM: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2012.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **CENTRO RURAL UNIVERSITÁRIO DE TREINAMENTO E AÇÃO COMUNITÁRIA.** Relatório de atividades. Teresina: 1981.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto; VIEIRA, Carina Silva. **Extensão Universitária no período da ditadura:** concepções e relações com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Antíteses, v. 8, n. 15, p. 269-291, 2015.

GURGEL, Roberto M. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez, 1968

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa. **A formação em Serviço Social no Piauí no cenário da Ditadura Militar:** entre o conservadorismo e a resistência. Germinal: marxismo e educação em



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

debate, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 405–419, 2024. DOI: 10.9771/gmed.v16i1.58722. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/58722>. Acesso em: 30 ago. 2024.

LEITE, Maria da Trindade Ferreira; NUNES, Benevina Maria Vilar Teixeira. Centro rural universitário e ação comunitária: um resgate histórico 1975-1986. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 18, p. 427-435, 2009.

MAZZILLI, Sueli. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. **Revista brasileira de política e administração da educação**, v. 27, n. 2, 2011.

MERLO, Patrícia M. S., 1987- M565s. **65 anos de Extensão Universitária na UFES [recurso eletrônico]** : uma trajetória de desafios e conquistas / Patrícia M. S. Merlo. - Dados eletrônicos. - Vitória, ES : UFES, Proex, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Projeto Rondon. 2020. Disponível em: [www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/projeto-rondon](http://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/projeto-rondon). Acesso em: 5 de ago de 2024

MINTO, Lalo Watanabe. **O sentido histórico das reformas para o ensino superior brasileiro nos anos 90TP**. 2007.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PRAVATO, Camila, M. **Projeto Rondon e Ensino no Brasil: construção de uma aliança entre o conhecimento empírico e científico**. Juiz de Fora: Minas Gerais, 2011

RODRIGUES, Valéria Maria. O fórum de pró-reitores de extensão e sua contribuição no debate sobre a extensão universitária. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 4, 2015.

TORRES, Mabel Mascarenhas. As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho sócio-educativo. **Serviço Social em Revista**, v. 12, n. 1, p. 202-227, 2009.